

4. OS MECANISMOS INSTITUCIONAIS DE APROVAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS DETALHADOS

O Decreto nº 5.766 de 12 de maio de 2006 estabelece, em seu art. 13, as competências da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, entre as quais destaca-se *coordenar a elaboração e auxiliar no acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos* (inciso III).

Já a competência legal da Agência Nacional de Águas - ANA no que tange à implantação, monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Recursos Hídricos é estabelecida na Lei 9984/2000, notadamente no art. 4º, inciso XVIII, acrescentado pelo art. 21 da MP 2.049-21 de 28/07/2000, e reedições; - art. 21 da MP 2.123-27 de 27/12/2000 – DOU 28/12/2000 e reedições; - art. 21 da MP 2.143-31 de 02/04/2001 – DOU 03/04/2001 e reedição; - art. 13 da MP 2.143-33 de 31/05/2001 – DOU 01/06/2001 e reedições; - art. 13 da MP 2.216-37 de 31/08/2001 – DOU 01/09/2001 (Edição Extra), a saber:

....

XVIII - participar da elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos e supervisionar a sua implementação.

Quanto ao acompanhamento da execução e a responsabilidade pela aprovação são atribuídas ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, conforme disposto no art. 35, IX, da Lei 9.433/97, transcrito em seqüência:

....

“acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; (NR)

Lei 9.984 de 17 de julho de 2000, artigo 31”

O CNRH criou, por intermédio da Resolução nº4, de 10 de junho de 1999, a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CT-PNRH, na qualidade de câmara permanente, competindo-lhe *“acompanhar, analisar e emitir parecer sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos”*.

A fim de estabelecer um suporte à execução técnica do PNRH, a CT-PNRH iniciou uma discussão que culminou, em 2002, na criação do Grupo Técnico de Coordenação e Elaboração do Plano (GTCE), composto por técnicos da SRH/MMA e da ANA.

Dessa forma, resgatados os meios institucionais do SINGREH e respectivas atribuições e responsabilidades frente ao desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos, apresenta-se, em seguida, a sistemática a ser adotada para o acompanhamento de sua implementação, especialmente por parte dessas instâncias, considerando os seguintes passos:

4.1 Aprovação do Detalhamento Operacional dos Programas

De acordo com as metas que integram o documento do Plano Nacional de Recursos Hídricos, o detalhamento operacional de todos os programas e subprogramas deve ser submetido à aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, tendo como horizonte o final do ano de 2007, segundo a cronologia simplificada apresentada no Quadro 3.1..

Contudo, antecedendo a submissão ao CNRH, deve ser estabelecido um plano de trabalho para elaboração e tramitação dos programas e subprogramas detalhados, utilizando o suporte técnico da ANA e da SRH, observando o seguinte roteiro básico:

- detalhamento operacional dos programas e subprogramas, pela ANA e pela SRH, tendo como orientação a proposta de escopo básico apresentada no item 4.3.1 deste documento, com o acompanhamento sistemático e supervisão do GTCE e utilizando, quando necessário, o apoio de consultores especializados;
- realização de um Seminário envolvendo todas as Câmaras Técnicas do CNRH, onde será apresentada a proposta de detalhamento dos programas e subprogramas e recolhidas contribuições para o aperfeiçoamento dos Programas I a VII e XIII;
- consolidação dos programas e subprogramas pelo GTCE, com o concurso das equipes técnicas da ANA e da SRH, dada a sua função de suporte técnico à execução do PNRH e considerando sua capacidade de visualizar articulações e sinergias entre os programas e de promover os ajustes necessários frente os rumos do PNRH;
- encaminhamento dos programas e subprogramas detalhados à CTPNRH para emissão de um parecer sobre o conjunto de programas, tendo em conta sua atribuição de *“acompanhar, analisar e emitir parecer sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos”*;
- encaminhamento, à CTIL, do parecer da CTPNRH e de minutas de Resoluções, bem como dos programas e subprogramas detalhados;
- encaminhamento, ao CNRH, do detalhamento dos programas e sub-programas do PNRH, bem como das propostas de Resoluções a eles relacionadas, pela Secretaria Executiva do Conselho;
- apresentação dos pareceres da CTPNRH e da CTIL, para exame e aprovação de cada programa detalhado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

4.2 Acompanhamento da Implementação dos Programas

Após a aprovação pelo CNRH do detalhamento operacional de cada programa e respectivos subprogramas, passa-se à efetiva implementação, sendo importante reforçar que, de acordo com as metas já aprovados pelo CNRH, o Programa XIII, que contempla o Gerenciamento Executivo e de Monitoramento e Avaliação da Implementação do PNRH, dadas as suas características, está relacionado às metas emergenciais do PNRH,

devendo, portanto, sua implementação anteceder aos demais, devendo ter início no ano de 2007.

Os demais programas têm o início de sua implementação efetiva associada ao horizonte de curto prazo, 2008-2011, embora algumas ações que os integram já se encontram em andamento visto que são inerentes à implementação do SINGREH e dos instrumentos da política.

Assim, para acompanhar a efetividade da implementação dos programas subprogramas respectivos, propõe-se que se estabeleça uma sistemática de apresentação do andamento e dos resultados de cada subprograma, pelo menos uma vez por ano, à CTPNRH, que deverá preparar e apresentar relatos anuais sobre cada subprograma ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Para tanto prevê-se dois instrumentos: informes anuais sobre o andamento dos programas e subprogramas, encaminhados pelo GTCE à CTPNRH, e o relatório quadrienal do Sistema de Gerenciamento Orientado para Resultados – SIGEOR.

As mencionadas apresentações devem apontar avanços e desafios encontrados na execução, de forma a permitir a tomada de decisões sobre a manutenção da metodologia adotada para condução dos programas, bem como mudanças de rumos julgadas necessárias.

4.3 Outras Esferas de Acompanhamento dos Programas Detalhados

Além do controle formal do Plano Nacional de Recursos Hídricos, por intermédio das instâncias do SINGREH, é necessário refletir sobre a identificação de mecanismos que permitam aferir a aplicação das premissas estabelecidas como alicerce da estrutura organizacional e de gerenciamento do Projeto, ou seja, aquelas ligadas ao SIGEOR. Nesse sentido, é mister definir indicadores voltados para aferir o grau de satisfação dos usuários e beneficiários dos programas e respectivos subprogramas, o alcance social dos resultados obtidos e a participação social na execução, nos níveis e padrões necessários.

Para tanto, o PNRH deverá dispor de uma estratégia de comunicação social relativo aos seus programas e respectivos sub-Programas, visando a atingir aos principais formadores de opinião do País e das Regiões Hidrográficas.

A aplicação e análise dos indicadores nessa esfera de acompanhamento da implementação do PNRH deverão apontar para ratificações e revisões na estrutura organizacional e de gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos, representada pelo SIGEOR, caso seja pertinente.